



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PARECER Nº 01/2013 CEOF

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS sobre o PROJETO DE LEI Nº 1.736/2013, que *dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências.*

Autor: Poder Executivo
Relator: Deputado RÔNEY NEMER

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.736/2013, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, nos termos do art. 1º do Projeto.

O art. 2º estabelece a promoção do gerenciamento dos serviços de limpeza urbana como missão do SLU, devendo, na gestão dos resíduos sólidos, observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

O art. 3º determina ser finalidade do SLU a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais 11.445/2007 e 12.305/2010 no âmbito do Distrito Federal e dos municípios com os quais o GDF mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos. O parágrafo único deste artigo define as atividades a serem desenvolvidas pelo SLU, no intuito de atender à finalidade descrita no *caput*.

O art. 4º contempla as competências do SLU, enquanto o art. 5º propõe a sua estrutura administrativa.

O art. 6º extingue todos os cargos de natureza especial, os cargos comissionados e as funções gratificadas que atualmente compõem a estrutura administrativa do SLU, ao passo que o art. 7º cria os cargos e funções de mesma natureza, conforme descritos no Anexo Único do Projeto.

O art. 8º determina que sejam definidas no regulamento: as competências das unidades orgânicas e dos órgãos de deliberação coletiva e as atribuições dos ocupantes dos cargos do SLU.

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
PL Nº 1736/2013
Fls. _____ Rubrica _____

O art. 9º assevera que os atos omissivos e comissivos do Diretor-Geral são equiparados aos de Secretário de Estado do Distrito Federal.

Seguem as cláusulas de vigência e de revogação.

Na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Administração Pública, argumenta-se que a estrutura vigente, por força da Lei nº 4.518, de 2010, está defasada e não atende mais as necessidades do órgão, apresentando-se insuficiente para monitorar e fiscalizar o serviço de limpeza urbana terceirizado.

Aduz ainda que o Projeto em tela é o resultado de Grupo de Trabalho composto pela Secretaria de Governo, Secretaria de Administração Pública e o SLU, formado para apresentar uma revisão do plano de carreira dos servidores, assim como uma proposta de reestruturação do SLU.

Registra-se também que o SLU passou por grandes mudanças em suas funções, quando da terceirização da execução da limpeza pública ocorrida em 1999, o que provocou a alteração de sua função primordial, de executor do serviço da limpeza urbana para gestor da política integrada de resíduos sólidos, com privilégio para ações de reaproveitamento e reciclagem do lixo. Tais mudanças é que justificam a apresentação de uma proposta de reestruturação do SLU com novas competências e atribuições.

O Projeto tramita em regime de urgência na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT, na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF. Não foram apresentadas emendas ao presente Projeto de Lei.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 64, inciso II, alíneas "a" e "c" e § 1º, inciso II, atribui a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças a competência para analisar a admissibilidade financeiro-orçamentária das proposições, bem como emitir parecer sobre o mérito de proposição que verse sobre reestruturação de órgãos e entidades da administração pública.

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 1.736/2013, de autoria do Poder Executivo, propõe a reestruturação do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Quanto à admissibilidade financeiro-orçamentária do Projeto, observa-se que foram juntadas as estimativas de impacto orçamentário para os exercícios de 2013 a 2015, em atendimento ao art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a declaração de que o impacto orçamentário possui adequação com a proposta orçamentária prevista para o exercício de 2014, com o Plano Plurianual 2012 a 2015 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor.



Quanto ao mérito do Projeto, é de conhecimento geral que o SLU passou por grandes mudanças em suas funções, quando ocorreu a terceirização da execução da limpeza pública em 1999. Desde então, sua função primordial foi alterada, de executor do serviço da limpeza urbana para gestor da política integrada de resíduos sólidos. Compreende-se, portanto, que haja a necessidade de reestruturar a entidade autárquica para adequar-se a essa nova realidade, com reflexos em sua estrutura administrativa, suas competências e atribuições.

É nesse sentido que o art. 3º do Projeto determina ser finalidade do SLU a **gestão da limpeza urbana** e o manejo dos resíduos sólidos, enquanto o art. 2º da Lei nº 4.518, de 2010, que atualmente prevê a estrutura do SLU, determina ser finalidade desta autarquia a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos urbanos.

Diante do exposto, voto pela **ADMISSIBILIDADE** e **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.736/2013, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na forma de sua redação original.

Sala das Comissões,

DEPUTADO
Presidente


DEPUTADO RÔNEY NEMER
Relator